



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**  
**PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM PORTO VELHO**  
**Processo de Seleção de Residente Jurídico - Edital nº 01/2023/PJM/PVH/RO**

**INSTRUÇÕES**

1. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado do cartão de resposta;
2. No cartão de respostas, assinale a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;

0	0	0	0	0
<input checked="" type="radio"/>	1	1	1	1
2	<input checked="" type="radio"/>	2	2	2
3	3	<input checked="" type="radio"/>	3	3
4	<input checked="" type="radio"/>	4	4	4
5	5	5	<input checked="" type="radio"/>	5
6	<input checked="" type="radio"/>	6	6	6
7	7	7	7	<input checked="" type="radio"/>
8	8	<input checked="" type="radio"/>	8	8
<input checked="" type="radio"/>	9	9	9	9

3. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta assinalada ou qualquer tipo de rasura;
4. A prova terá duração de 3 horas, contadas a partir da autorização de seu início;
5. O cartão de respostas deverá ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta e devolvido ao fiscal ao término da prova;
6. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM PORTO VELHO  
Processo de Seleção de Residente Jurídico - Edital nº 01/2023/PJM/PVH/RO**

**PROVA OBJETIVA DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**1. Assinale a alternativa que está redigida inteiramente DE ACORDO com a norma culta da língua portuguesa:**

- a) A redação oficial não é necessariamente árida e contrária a evolução da língua;
- b) Se percebe que o texto tem coesão e coerência quando se ler um texto e se verifica que as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados;
- c) A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos.
- d) O uso do padrão culto é, portanto, imprescindível na redação oficial por estar acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas;
- e) Esta mensagem difere das demais, por que vai encadernada e é distribuída a todos os congressistas em forma de livro.

**2. Tendo em mente as regras do uso da pontuação e da acentuação na língua portuguesa, marque a alternativa que está integralmente CORRETA.**

- a) A necessidade, de empregar determinado nível de linguagem, nos atos e nos expedientes oficiais, decorre de um lado do próprio caráter público desses atos e comunicações.;
- b) A objetividade, conduz o leitor ao contato mais direto com o assunto, e com as informações, sem subterfúgios. sem excessos de palavras e de ideias.;
- c) A impessoalidade decorre, de um princípio constitucional, e seu significado remete a dois aspectos, o primeiro é a obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém.;
- d) O emprego dos pronomes de tratamento adota a segunda pessoa do plural, de maneira indireta, para referenciar atributos da pessoa a qual se dirige.;
- e) Os pronomes de tratamento apresentam certas peculiaridades quanto às concordâncias verbal, nominal e pronominal.

**3. Assinale a alternativa que está inteiramente DE ACORDO com as normas sobre concordância verbo-nominal.**

- a) Haviam várias pessoas aguardando a passagem da comitiva, embora não fosse possível a todas ter qualquer vislumbre do acontecimento;
- b) Após leitura atenta da minuta, percebeu que faltava incluir dois parágrafos para finalizar o parecer;
- c) Somente é permitido a entrada de pessoas autorizadas;
- d) Diariamente ele lidava com conteúdos bastantes complicados, ainda que o fizesse com a costumeira alegria no olhar;
- e) Neste ano, após divulgação do resultado do prêmio *Inovare*, mais de um Promotor lograram êxito na premiação.

**Leia atentamente o texto a seguir. Após, responda às questões 4 e 5.**

Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico. Nós que nele vivemos; não nos apercebemos bem disso, e até, ao contrário, o supomos muito pobre, pois a toda hora e a todo instante, estamos vendo o governo lamentar-se que não faz isto ou não faz aquilo por falta de verba.

Nas ruas da cidade, nas mais centrais até, andam pequenos vadios, a cursar a perigosa universidade da calaçaria das sarjetas, aos quais o governo não dá destino, os mete num asilo, num colégio profissional qualquer, porque não tem verba, não tem dinheiro. É o Brasil rico...

Surgem epidemias pasmosas, a matar e a enfermar milhares de pessoas, que vêm mostrar a falta de hospitais na cidade, a má localização dos existentes. Pede-se à construção de outros bem situados; e o governo responde que não pode fazer porque não tem verba, não tem dinheiro. E o Brasil é um país rico.

Anualmente cerca de duas mil mocinhas procuram uma escola anormal ou anormalizada, para aprender disciplinas úteis. Todos observam o caso e perguntam:

- Se há tantas moças que desejam estudar, por que o governo não aumenta o número de escolas a elas destinadas?

O governo responde:

- Não aumento porque não tenho verba, não tenho dinheiro.

E o Brasil é um país rico, muito rico...

As notícias que chegam das nossas guarnições fronteiriças são desoladoras. Não há quartéis; os regimentos de cavalaria não têm cavalos, etc., etc.

- Mas que faz o governo, raciocina Brás Bocó, que não constrói quartéis e não compra cavalhadas?

O doutor Xisto Beldroegas, funcionário respeitável do governo acode logo:

— Não há verba; o governo não tem dinheiro

— E o Brasil é um país rico; e tão rico é ele, que apesar de não cuidar dessas coisas que vim enumerando, vai dar trezentos contos para alguns latagões irem ao estrangeiro divertir-se com os jogos de bola como se fossem crianças de calças curtas, a brincar nos recreios dos colégios.

O Brasil é um país rico...

IN: BARRETO, Lima. Crônicas escolhidas de Lima Barreto. Coleção Folha - Não dá pra não ler. São Paulo: Ática, 1995, fls. 59-60.

**4. Assinale a alternativa em que o trecho, após reescrito, MANTÉM a coerência e a concordância originais do texto.**

- a) Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico, mas nós que nele vivemos, não nos apercebemos bem disso, e até, ao contrário, o supomos muito pobre...;
- b) Surgem epidemias pasmosas a matar e enfermar milhares de pessoas, que vem mostrar a falta de hospitais na cidade, mas não a má localização dos existentes;
- c) Se houvesse tantas moças que desejam estudarem, o governo aumentaria o número de escolas a elas destinadas?
- d) As notícias que chegaram das nossas guarnições fronteiriças, ainda que desoladoras, é de que não há quartéis; mais os regimentos de cavalaria não têm cavalos, etc., etc.
- e) Anualmente cerca de duas mil mocinhas procurariam uma escola anormal ou anormalizada, mesmo que fosse para aprender disciplinas úteis.

**5. Marque a alternativa em que mesmo alterando-se a pontuação empregada, MANTÉM-SE o sentido original do texto.**

- a) Nas ruas da cidade nas mais centrais até andam pequenos, vadios, a cursar, a perigosa universidade da calaçaria das sarjetas...;
- b) O doutor Xisto, Beldroegas funcionário respeitável do governo, acode logo...;
- c) Vai dar trezentos contos para alguns latagões irem ao estrangeiro divertir-se com os jogos de bola como se fossem crianças de calças curtas a brincar nos recreios dos colégios;
- d) Não aumento, porque não tenho verba? Não tenho dinheiro.
- e) Mas que faz o governo raciocina Brás, Bocó que não constrói quartéis, e não compra cavalhadas?

**PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS ESPECÍFICOS**

**6. Acerca dos Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais expressos da Constituição de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais;
- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;
- c) Não haverá a imposição de pena de morte, mesmo em situações de guerra declarada;
- d) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais;
- e) O militar alistável é elegível, mas se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade

**7. Tendo como base o que a Constituição de 88 dispõe sobre a organização dos Tribunais e Juizes Militares, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar (STM), os Tribunais Regionais Militares (TRMs) e os Juízes Militares;
- b) O Superior Tribunal Militar é composto por onze ministros, todos da ativa e do posto mais elevado da respectiva carreira;
- c) Membros do Ministério Público Militar não poderão ser nomeados para o cargo de Ministro do STM;
- d) Para a composição do STM, os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, observando-se os requisitos expressos na Constituição;
- e) À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes comuns conexos com crimes militares.

**8. Considerando as normas expressas sobre o Ministério Público na Constituição de 88, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) Entre as funções institucionais do Ministério Público está a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a pluralidade, a indivisibilidade e a hierarquia funcional;
- c) O Ministério Público não possui autonomia para elaboração de sua proposta orçamentária anual;
- d) Ao membro do Ministério Público é garantida a vitaliciedade, após dez anos de exercício, não podendo perder o cargo, nem mesmo por sentença judicial transitada em julgado;
- e) É permitido ao membro do Ministério Público participar de sociedade comercial, na forma da lei.

**9. Acerca da organização das Forças Armadas, conforme disposto no texto constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem;
- b) Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares;
- c) O militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;
- d) As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir;
- e) Ao militar são permitidas a sindicalização e a greve, desde que obedecidos aos regramentos especificados em Lei Complementar.

**10. Nos termos da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), é DISPENSÁVEL a licitação:**

- a) quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
- b) para contratação que tenha por objeto a aquisição de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

- c) para a contratação de serviços técnicos, planejamento, projetos básicos ou projetos executivos;
- d) para o patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- e) para a restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

**11. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação:**

- a) pregão e carta convite;
- b) concorrência e seleção de currículos;
- c) leilão e oferta pública de ativos;
- d) concurso e carta convite;
- e) pregão e diálogo competitivo.

**12. Em relação à pena de multa prevista para os crimes licitatórios, marque a alternativa CORRETA:**

- a) não poderá ser inferior a 4% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta
- b) não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta
- c) não poderá ser superior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta
- d) seguirá a metodologia de cálculo prevista na Lei de Licitações e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- e) seguirá a metodologia de cálculo prevista na Lei de Licitações e não poderá ser superior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**13. Em relação aos delitos licitatórios previstos no Código Penal, é CORRETO afirmar:**

- a) pratica o crime de fraude à licitação (art. 337-L) o militar que celebra contrato com empresa inidônea
- b) pratica o delito de contratação inidônea (art. 337-M) o militar que celebra contrato com empresa que recebeu punição de suspensão para licitar.
- c) aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação incide na mesma pena do militar que celebra o contrato.
- d) aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação incide na mesma pena do militar que admite a sua participação no certame licitatório.
- e) para os delitos licitatórios não são previstas penas de detenção.

**14. Considere a hipótese descrita abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

“O Tenente Velhaco realizou contrato com a empresa Josefina Screen Ltda. para o fornecimento de maçãs ao 99º Batalhão de Infantaria de Savana. Ocorre que a contratação se deu sem procedimento licitatório e não se adequa a qualquer hipótese de dispensa ou inexigibilidade de procedimento licitatório.”

- a) trata-se de infração administrativa, sem tipificação penal.
- b) trata-se de crime licitatório previsto no Código Penal Militar, cuja pena prevista é de multa, exclusivamente.
- c) trata-se do delito de Frustração do Caráter Competitivo da Licitação, previsto no art. 337-F do Código Penal Militar.
- d) trata-se do delito de Modificação ou Pagamento Irregular em Contrato Administrativo, previsto no art. 337-F do Código Penal Militar.
- e) trata-se de crime licitatório previsto no Código Penal, cujas penas previstas são de reclusão e multa.

**15. Quanto ao Princípio da Legalidade Penal, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O princípio da anterioridade penal impede a aplicação da lei nova que agrave a pena quando a sua vigência é posterior ao início da execução do delito, nos crimes permanentes, ainda que atinja etapa da permanência.
- II. A lei nova que, de qualquer forma, beneficie o acusado deve ser imediatamente aplicável; se o benefício for parcial, despreza-se a parte que prejudica o réu, aplicando-se apenas a parte benéfica.
- III. O princípio da legalidade da lei penal autoriza a ultratividade da lei penal em prejuízo do acusado, quando se tratar de norma legal de natureza temporária ou excepcional.

**Está CORRETO o que se afirma em:**

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) III, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

**16. Um indivíduo fez uso de quatro folhas de cheque falsificadas no mesmo comércio e no mesmo mês, causando prejuízo ao proprietário que lhe vendeu diferentes produtos acreditando na idoneidade dos fólhos. Nesse caso, em relação aos crimes de uso de documento falso e estelionato, aplicam-se os seguintes institutos penais:**

- a) especialidade e continuidade delitiva;
- b) consunção e continuidade delitiva;
- c) especialidade e concurso material;
- d) subsidiariedade e concurso formal;
- e) legalidade e insignificância.

**17. Assinale a assertiva INCORRETA em relação aos princípios penais**

- a) O princípio da insignificância implica a exclusão da tipicidade formal diante de lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.
- b) O princípio da lesividade parte da premissa que o direito penal só pode incidir em hipóteses de lesão ou risco de lesão a bens jurídico-penais.
- c) O princípio da intranscendência possui previsão constitucional, além de ser acolhido pela jurisprudência dos tribunais superiores.
- d) O princípio da adequação social implica na exclusão da tipicidade material diante da prática de condutas criminosas, porém socialmente aceitas.
- e) Segundo o princípio da legalidade estrita, novos crimes só podem ser criados através de lei ordinária.

**18. Preconiza o princípio da ALTERIDADE:**

- a) que não há crime na conduta que prejudica somente quem a praticou.
- b) a vedação constitucional da tortura e de tratamento desumano ou degradante.
- c) que ninguém responderá por um resultado absolutamente imprevisível se o seu comportamento não for motivado por dolo ou culpa.
- d) que nem toda ofensa ao bem jurídico protegido tipicamente é suficiente para configurar o injusto típico.
- e) que o comportamento que se adéqua a determinada descrição típica formal, mas materialmente irrelevante, sendo socialmente permitido, não se reveste de tipicidade.

**19. A respeito das penas acessórias previstas no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:**

- a) Sujeita-se à pena de exclusão das Forças Armadas o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem ou cobardia, ou em qualquer dos definidos nos arts. 161, 171, 240, 251, 243, 244, 245, 251, 252, 303, 304, 311 e 312;
- b) A pena acessória de perda da função pública não se aplica ao militar da reserva, ou reformado.
- c) Não se computa no prazo das inabilitações temporárias o tempo de liberdade resultante da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, mesmo que sobrevenha revogação.
- d) A perda de posto e patente resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos e não interfere na manutenção das condecorações.
- e) Incorre na inabilitação para o exercício de função pública, pelo prazo de dois até vinte anos, o condenado a reclusão por mais de quatro anos, em virtude de crime praticado com abuso de poder ou violação do dever militar ou inerente à função pública.

**20. Em relação aos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.**



a) No furto, se o agente é militar a ativa e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou considerar a infração como disciplinar. Entende-se pequeno o valor que não exceda a um décimo da quantia mensal do mais alto salário mínimo do país.

b) Obter o militar, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento constitui o crime de furto qualificado.

c) Tipifica-se o crime militar de furto de uso quando a coisa é subtraída para o fim de uso momentâneo e, a seguir, vem a ser imediatamente restituída ou repostada no lugar onde se achava.

d) Na receptação culposa, se o agente é primário e o valor da coisa não é superior a metade do salário mínimo, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

e) Na mesma pena da Usura Pecuniária incorre quem, em repartição ou local sob administração militar, recebe vencimento ou provento de outrem, ou permite que estes sejam recebidos, auferindo ou permitindo que outrem aufera proveito cujo valor excede a taxa de cinco por cento.

**21. Em relação ao crime de homicídio, assinale a alternativa que corresponde CORRETAMENTE ao conjunto de qualificadoras exclusivas da legislação castrense, quando o crime for cometido:**

a) Com emprego de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo, ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.

b) À traição, emboscada ou para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

c) Por motivo fútil ou torpe ou emprego de arma de fogo de armamento bélico.

d) Com inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima ou contra menor de 14 (quatorze) anos.

e) Prevalecendo-se o agente da situação de serviço, por cupidez, para excitar ou saciar desejos sexuais.

**22. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) CORRETA(S), de acordo com o direito castrense.**

I. No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, e, se oficial, a de sessenta.

II. As penas de impedimento e reforma são consideradas penas acessórias.

III. São efeitos da condenação, dentre outros, a obrigação de reparar o dano resultante do crime e a perda do posto e patente.

IV. Nos casos admitidos, a pena de morte será executada por fuzilamento ou eletrocussão.

- a) Apenas a III;
- b) Apenas a I;
- c) Apenas I e III;
- d) Apenas II e IV;
- e) Apenas I, II e III.

**23. Com base no Código Penal Militar, é CORRETO afirmar que:**

- a) o Código Penal Militar estabelece as normas aplicáveis aos crimes militares e às infrações e transgressões disciplinares praticadas por militares;
- b) o erro de fato do Código Penal Militar não isenta o agente de pena, pois ao incidir sobre o fato que constitui o crime não importa se o erro é escusável ou inescusável, causando apenas uma atenuação da pena em medida proporcional ao erro;
- c) o erro de direito do Código Penal Militar está relacionado com a ignorância ou falsa interpretação da lei. A regra castrense diverge da do Código Penal Comum, uma vez que mesmo sendo escusável, o erro não exclui o dolo, mas apenas atenua ou permite a substituição da pena;
- d) a coação de ordem física não pode ser invocada pelo agente nos crimes em que há violação do dever militar;
- e) com exceção da modalidade culposa, o crime de ingresso clandestino do Código Penal Militar exige um dolo específico do agente de penetração em lugar sujeito à administração militar.

**24. Em relação à interpretação autêntica contextual presente no Código de Direito Penal Militar:**

- a) O conceito de militar estrangeiro, equiparação a militar da ativa, tempo de guerra, conceito de superior e crime praticado na presença do inimigo, são todas disposições de interpretação autêntica contextual;
- b) Infrações disciplinares, crimes praticados em tempo de guerra, relevância da omissão, territorialidade e extraterritorialidade, tempo de guerra, equiparação a comandante, referência a brasileiro ou nacional, são todas disposições de interpretação autêntica contextual;
- c) Legislação especial, salário-mínimo, contagem de prazo, crimes praticados em prejuízo de país aliado, pessoa considerada militar, casos de prevalência do Código Penal Militar, ampliação a aeronaves ou navios estrangeiros, são todas disposições de interpretação autêntica contextual;
- d) Pena cumprida no estrangeiro, crimes militares em tempo de guerra, conceito de superior, obediência hierárquica, excesso escusável, pena de morte, são todas disposições de interpretação autêntica contextual.
- e) Legislação especial, salário-mínimo, contagem de prazo, crimes praticados em prejuízo de país aliado, pessoa considerada militar, conceito de militar estadual, casos de prevalência do Código Penal Militar, ampliação a aeronaves ou navios estrangeiros, são todas disposições de interpretação autêntica contextual;

**25. Conforme o Código de Processo Penal Militar, quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração penal, a modificação de competência jurisdicional decorre por:**

- a) continência;
- b) conexão;
- c) desaforamento;
- d) litispendência;
- e) avocação.

**26. Em relação aos recursos no Código de Processo Penal Militar, é CORRETO afirmar que:**

- a) o Ministério Público poderá desistir do recurso que haja interposto.
- b) das decisões do Conselho de Justiça ou do auditor poderão as partes interpor apenas recurso em sentido estrito.
- c) o prazo para interposição do recurso em sentido estrito é de 05 (cinco) dias.
- d) caberá recurso em sentido estrito da decisão ou sentença que não receber a denúncia no todo ou em parte, ou seu aditamento.
- e) será admitido recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.

**27. Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar (CPPM), analise as afirmativas abaixo.**

I. A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar o direito da parte.

II. A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, devendo este, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

III. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

IV. A sentença proferida pelo Conselho de Justiça, Especial ou Permanente, com juiz militar irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo.

**São INCORRETAS as assertivas:**

- a) II e IV, apenas;
- b) II e III, apenas;
- c) I e IV, apenas;

- d) Todas estão incorretas;
- e) Todas estão corretas.

**28. Preencha a lacuna abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha a informação utilizada.**

Segundo o Código de Processo Penal Militar, das decisões definitivas ou com força de definitivas, unânimes ou não, proferidas pelo Tribunal, cabem embargos, que deverão ser oferecidos dentro de \_\_\_\_\_ dias, contados da intimação do acórdão.

- a) 2 (dois);
- b) 8 (oito);
- c) 10 (dez);
- d) 15 (quinze);
- e) 5 (cinco).

**29. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, é CORRETO afirmar que, dentro de cada Circunscrição Judiciária Militar, a competência será determinada:**

- a) pela residência ou domicílio do acusado.
- b) pela distribuição.
- c) pelo lugar da infração.
- d) pela prevenção.
- e) pela sede do lugar de serviço.

**30. "Foro" é a divisão territorial onde exercem a jurisdição um ou mais juízes ou tribunais; competência, por sua vez, trata-se da delimitação da jurisdição, ou seja, o espaço dentro do qual pode determinada autoridade judiciária aplicar o direito aos litígios que lhe forem apresentados, compondo-os. A respeito do foro militar e da competência para julgar ações penais militares, assinale a alternativa correta.**

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar da infração; e, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) É vedada a separação de julgamentos ainda que algum dos acusados esteja foragido e não possa ser julgado à revelia.
- c) O foro militar especial não se estenderá aos civis nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares.
- d) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do ofendido.
- e) A competência por prerrogativa do posto ou da função decorre da natureza da infração.